

O TURISMO SUSTENTÁVEL NUMA PERSPECTIVA REGULACIONISTA: BREVE ANÁLISE NO MONA DO RIO SÃO FRANCISCO

RESUMO

O foco central do estudo foi o turismo sustentável e sua regulação em uma área de preservação ambiental localizada na cidade de Delmiro Gouveia, estado de Alagoas e que integra o Mona do Rio São Francisco. Foram consideradas as lacunas regulatórias do turismo sustentável e em particular a busca por um modelo que pudesse identificar e analisar a percepção do exercício do turismo sustentável na ótica dos empreendedores que atuam em áreas de proteção ambiental, sendo assim esta pesquisa objetivou validar a presença do turismo sustentável e utilizar os princípios do CBTS como um marco regulatório para certificar o exercício desta modalidade turística. Para tal finalidade utilizou-se o estudo de múltiplos casos com coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas.

Palavras-Chave: Regulação. Sustentabilidade. Turismo Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

O turismo moderno é marcado pela evolução dos meios de transporte que possibilitou maiores deslocamentos, interligando continentes e diminuindo as barreiras físicas. Estudos diversos, como os de Magalhães (2002) apontam que as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela massificação turística, quando os vôos charters e os mais variados pacotes turísticos conduziram milhares de pessoas de todas as partes do mundo a destinos até então inacessíveis.

O turismo como qualquer atividade humana gera uma série de impactos que podem prejudicar o meio ambiente onde ele se consolida, nesse sentido Ruschmann (1997) ratifica que os impactos do turismo se referem à gama de modificações ou a sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades receptoras. Do ponto de vista sociológico uma das especialidades do turismo que tem se preocupado com as motivações turísticas, papéis, relacionamentos e instituições e de seus impactos nos turistas e nas sociedades que os recebem é a sociologia do turismo, apontada por Dias (2008) e que foca seus estudos as seguintes áreas: o turista; a relação entre os turistas e a comunidade local; a estrutura e o funcionamento do sistema turístico; e as consequências do turismo.

Na esteira da regulação Di Pietro (2004), pontuou que a regulação no direito brasileiro incide no âmbito das atribuições do Estado e da sua interferência na economia, todavia enxerga que deve abranger, além do aspecto econômico, outras áreas das quais se destacam os serviços públicos exclusivos e os não exclusivos do Estado, ratificando a possibilidade e necessidade de regulação no turismo sustentável.

Prévost (2000) explicitou que conceito de regulação é pouco estabelecido e a sua definição varia muito de acordo com os autores. Ainda hoje, parece muito difícil propor uma definição unificada desse conceito.

Neste diapasão sob a ótica do turismo, aponta-se o decreto Lei 406 de 1938 como a primeira ação no sentido de organização da atividade turística em virtude da necessidade de autorização estatal para a exploração da atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias. Mais recentemente e ampliada a Lei 11.771/2008 tornou-se um marco regulatório no que concerne a Política Nacional de Turismo ao definir as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, porém há lacunas no que dispõe sobre práticas de turismo sustentável em áreas de preservação ambiental, onde a simples regulação impositiva, sem modelos de avaliação e

acompanhamento podem simplesmente inviabilizar as práticas de turismo sustentável, considerando a complexidade de variáveis envolvidas, populações locais e realidades distintas.

No tocante ao turismo sustentável a certificação realizada pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) é tida como marco nacional, pois agregou experiências oriundas de outros países e junto com entidades ambientalistas, representantes de movimentos sociais e empresários e especialistas em turismo de todo o País, uma relação de princípios balizadores da atividade turística sustentável.

Nota-se a ausência de marcos regulatórios concretos a respeito do turismo sustentável no Brasil bem como a análise da percepção do exercício do turismo sustentável na ótica dos empreendedores que atuam em áreas de proteção ambiental, sendo assim esta pesquisa objetiva validar a presença do turismo sustentável e utilizar os princípios do CBTS para certificar o exercício desta modalidade turística no Riacho do Talhado, especificamente nos empreendimentos da cidade de Delmiro Gouveia que compõem o Monumento do Rio São Francisco e utilizou-se do estudo de múltiplos casos com coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e Turismo Sustentável

Do ponto de vista histórico conceitual moderno, a preocupação com a sustentabilidade tem como marco a década de 80, com a publicação no ano de 1987 do *Relatório Brundtland*, denominada de “Nosso futuro comum” da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas (1988), que originou um dos conceitos mais conhecidos sobre desenvolvimento sustentável, conforme abaixo:

[...] “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988, p. 49).

Os escritos de Ko (2005) defenderam que o enquadramento do que é sustentabilidade não é universal, estático ou descritivo, uma vez que pode ser influenciado por contextos sociais, econômicos e ambientais; já os autores Silva, Reis e Amâncio (2014) apresentaram que a “sustentabilidade” não possui um conceito aceito e consolidado. Na mesma linha Gibberd (2015) enxergou que apesar da existência de uma ampla gama de definições para sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, não há consenso sobre o que é sustentável.

Para Sachs (2000) o desenvolvimento sustentável é composto pelas seguintes dimensões: dimensão ecológica, dimensão social, dimensão econômica, dimensão ambiental, dimensão territorial, dimensão cultural, dimensão ética e política e institucional; já Nobre e Amazonas (2002) discutiram que o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu não só com o propósito de produzir consenso, mas também como um enigma a ser criticado por sua vaguidão, imprecisão e caráter contraditório, pois de fato o que se viu e o que ainda se vê – após a publicação do Relatório de Brundtland em 1987 – fora a busca por uma definição para Desenvolvimento sustentável (DS).

Para McCool (2016), o turismo sustentável não é um conceito fechado, mas que está relacionado às características de cada lugar e numa perspectiva ambiental, o turismo sustentável é uma temática que envolve estudo e debates contemporâneos, exemplo disso é o fato de que de acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2017), a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou 2017 como o ano internacional do turismo sustentável para o desenvolvimento, como forma de reconhecimento sobre a importância do turismo para a economia.

Estudos, como os de Kanni (2002), identificaram que as pesquisas sobre turismo sustentável,

começaram nos anos 60, mas é somente na década de 90 que ele passou a ser difundido e reforçado pela divulgação da Agenda 21 no ano de 1996 pela OMT, pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo e pelo Conselho da Terra; contudo um dos conceitos mais conhecidos sobre turismo sustentável foi elaborado pela OMT (Organização Mundial do Turismo), em 1995, e o apresenta, como:

Aquele ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando o frágil equilíbrio que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis. (OMT, 2003).

A Organização Mundial de Turismo (2003) conceituou turismo sustentável como aquele que relaciona as necessidades dos turistas com as das gerações receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro.

Na visão de Beni (2002), o turismo sustentável é entendido como maximização e otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico baseado no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança com as quais serão oferecidos os serviços turísticos. O Conselho Mundial de Viagem e Turismo (*World Travel e Tourism Council*) (2012) definiu turismo sustentável como ecologicamente suportável em longo prazo, viável economicamente e socialmente responsável para as comunidades e seus moradores através da integração do ambiente natural, humano e cultural e para o Ministério do Turismo (2016) o turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro.

Segundo Swarbrooke (2000), o turismo sustentável apresenta-se sob diversas formas, de maneira a satisfazer as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades. Paralelamente Gastal e Moesch (2005) defenderam que o conceito de sustentabilidade no turismo deve contemplar quatro desafios-chave: uma compreensão melhor de como os turistas avaliam e usam os ambientes naturais; aumento e impactos da dependência de comunidades em relação ao turismo; identificação dos impactos sociais e ambientais do turismo; e implementação de sistemas para administrar esses impactos.

Como contraponto aos efeitos e impactos negativos do turismo, surge o turismo sustentável, que para Saarinen (2006) tem suas origens relacionadas com o interesse acadêmico sobre os impactos negativos do turismo no início dos anos 60 e as pesquisas relacionadas à capacidade de carga, todavia Körössy (2008) esclareceu que ele se sedimentou em 1995 nas Ilhas Canárias (Lanzarote, Espanha), quando foi celebrada a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, durante a qual foi elaborada a Carta do Turismo Sustentável (*Charter for Sustainable Tourism*).

Assim, os conceitos destacados demonstram que há preocupação do turismo sustentável com a maneira com qual as pessoas se relacionam com os ambientes, ratificando o pensamento de Rodrigues *et. al.* (2014), no qual o turismo sustentável considera os atuais e futuros impactos econômicos, sociais e ambientais, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades de acolhimento.

2.2 Mona do Rio São Francisco

Criado em 05 de junho de 2009, em virtude de decreto presidencial, o Monumento Natural do Rio São Francisco (Mona do Rio São Francisco) é uma unidade de conservação do bioma caatinga e compreende uma área estimada em 26.715,09 hectares, nos Estados de Alagoas, Bahia e Sergipe, abrangendo cinco municípios: Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Piranhas, Paulo Afonso e Canindé.

O decreto presidencial que criou o Mona do Rio São Francisco cita que seu objetivo é preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato

com a natureza e de turismo ecológico. Ainda aponta que cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes – administrar o Monumento Natural do Rio São Francisco.

De acordo com o próprio site, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Criado dia 28 de agosto de 2007, o ICMBio é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente, cabendo a ele executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as Unidades de Conservação (UCs), instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) apontou que o Mona do Rio São Francisco foi criado para conservar o bioma caatinga e atender à demanda de ecoturismo na região. A unidade integra o grupo de UCs de uso sustentável, o que permite aos moradores continuarem residindo desde que estejam dispostos a cumprir o que determinará o plano de manejo da unidade, no que se refere ao uso dos recursos naturais.

O Mona do Rio São Francisco pode ser tido como um ponto de consenso na discussão entre preservacionista e conservacionista, uma vez para Ribeiro (2005) o preservacionismo enfatiza a intocabilidade dos sistemas naturais e permite que com a implantação de reservas ecológicas as populações locais permaneçam na área; por sua vez os conservacionistas como apregoado por Diegues (1996) e Ribeiro (2005) defendem o uso adequado e criterioso da natureza enquanto recurso, evitando desperdícios e almejando que os benefícios sejam distribuídos para a maioria das pessoas. s populações locais.

Nota-se que uma das preocupações do Mona do Rio São Francisco é o desenvolvimento do turismo ecológico pautado naturalmente em princípios da sustentabilidade que remetem de imediato a práticas de turismo sustentável, demonstrando que a área em que operam as empresas é caracterizada por uma série de exigências e políticas ambientais que direcionam as práticas de turismo e de exploração ambiental.

2.3 O Riacho do Talhado

O Riacho do Talhado está localizado em sua maior parte na zona rural da cidade de Delmiro Gouveia e recebe esse nome devido à dissecação incisiva provocada pelo riacho, que moldou os paredões de tal forma que se assemelha a um trabalho artesanal, “talhado” na pedra, como é possível verificar na figura 01, a seguir.

Figura 01 – Foto da Formação Rochosa que dá nome ao Riacho do Talhado.



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

A região onde está localizado o Riacho do Talhado é cercada de atrativos turísticos, como a diversidade da vegetação, a história do local, a presença de sítios arqueológicos, a culinária, a oferta de trilhas e mergulhos, a possibilidade da prática de diversos esportes radicais, além dos passeios pela região

dos cânions do Rio São Francisco.

Mesmo compondo o Monumento Natural do Rio São Francisco, a atividade turística acontece sob a tutela da iniciativa privada, contando com a presença de empresas já consolidadas, sendo fiscalizadas diretamente pelo ICMBio, pelo Instituto do Meio Ambiente de Alagoas e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

A região ganhou visibilidade em nível nacional no ano de 2011, após a gravação na localidade, pela Rede Globo de televisão, da novela *Cordel Encantado*, o que alavancou o número de visitantes, tocados pelas belas paisagens naturais.

2.4 Regulação: do turismo aos princípios do turismo sustentável

A regulação na perspectiva de Canguilhem (1977) tem na origem dos seus conceitos uma problemática de difícil sistematização. Na concepção de Lemoigne (1988) o termo regulação apresenta significados múltiplos e é utilizado em distintas disciplinas. “O próprio termo é moderno e os dicionários aceitam-no, ainda, com prudência, buscando suas origens no século XV onde ele expressava, muito mais, a ideia de dominação;” já para Chevallier (1995) o conteúdo conceitual da regulação tem se tornado cada vez mais vago e impreciso, apesar de ser cada vez mais utilizado e para Prévost (2000) o *status* epistemológico do conceito de regulação é pouco estabelecido e a sua definição varia muito de acordo com os autores.

Para Gibbs (1995) a teoria da regulação não entende apenas a “regulação real” da ação governamental ou da legislação, mas todo o conjunto de instituições formais e informais, que vão desde estas formas concretas até formas mais intangíveis como valores, práticas sociais e normas de comportamento e na visão de Ogus (2001) a regulação é a área do direito público que implementa metas coletivas, ou seja, por meio da qual o Estado busca determinar ou encorajar comportamentos que (assumese) não ocorreriam sem intervenção atendendo a metas de interesse público e na visão de Moreira e Maças (2003) duas ideias principais se ligam ao conceito etimológico de regulação no direito. Uma refere-se ao estabelecimento e implantação de regras e normas; e outra à manutenção ou restabelecimento do funcionamento equilibrado de um sistema, nesta pesquisa optou-se a perspectiva do estabelecimento e implantação dos princípios do CBTS como uma regra relativa as práticas de turismo sustentável e como elemento de sua regulação.

Os autores Nobre e Amazonas (2002) discorreram que a perspectiva regulacionista é notadamente uma construção que mescla elementos de inspiração marxista, keynesiana e kaleckiana, é desenvolvida com base na ideia de que o processo econômico deve ser entendido não apenas como processo de acumulação de capital, mas também fundamentalmente, como de substrato institucional que o sustenta e viabiliza, ou seja, um modo de regulação do processo de acumulação.

Ao analisar os marcos regulatórios do turismo no Brasil identificou-se que a primeira legislação turística surgiu no Brasil em 1938, momento no qual foi editado o Decreto-Lei nº 406, que determinava que a venda de passagens aéreas, marítimas ou terrestres somente poderiam ser efetuadas por empresas autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (art. 59).

Para se ter uma ideia do vácuo institucional e regulatório do turismo, o Ministério do Turismo (MTur) foi criado pela Lei nº 10.683, de 2003, pois anteriormente, a pasta do turismo era gerenciada pelo Ministério do Esporte e Turismo. Com a independência, o MTur incorporou a EMBRATUR, que ficou encarregada da promoção e marketing do turismo e foram criadas, também, a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, responsável pelo planejamento e articulação, a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Turismo, responsável pela implantação da estrutura turística. (CERQUEIRA, FURTADO e MAZARO, 2009).

O grande marco regulatório do turismo no Brasil é do ano de 2008 com a Lei n.º 11.771 de 17 de setembro que estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Os escritos de Beni (2003) ratificam que para que haja o fortalecimento da atividade turística devemos entender por política de turismo o conjunto e fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado, e de maneira complementar Castro (2004) indica que compete às políticas públicas estabelecer diretrizes orientadoras através do planejamento de estratégias, identificando necessidades e problemas nos mais variados segmentos e para tanto, deve haver a participação dos diversos atores envolvidos com a atividade turística. Por sua vez para Vieira (2011) cabe ao Estado primar pelo planejamento e por todos os outros fatores essenciais ao desenvolvimento do turismo, em cooperação com a iniciativa privada para alcançar um bom desenvolvimento da atividade turística.

No tocante ao turismo sustentável, para a Organização Mundial do Turismo (2003), o desenvolvimento sustentável do turismo é um processo contínuo que requer monitoramento constante dos impactos que a atividade pode causar, de modo que, com ações de manejo, seja possível minimizar os impactos negativos e maximizar os benefícios potenciais, introduzindo medidas preventivas ou de correção de rumos. Para OMT, esse processo requer a participação e o comprometimento de todos os atores envolvidos com o turismo, principalmente o poder público, que deve incentivar e apoiar o processo, estimulando a participação da sociedade por meio da construção de consensos. Portanto, os produtos turísticos sustentáveis são desenvolvidos em harmonia com o meio ambiente e culturas locais, de forma que estes se convertam em permanentes beneficiários, e não meros espectadores de todo o processo

Para o Ministério do Turismo (2007) a sustentabilidade é o conceito básico que orienta o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: o fomento ao turismo responsável, isto é, ao turismo produtivo, do ponto de vista econômico; justo, do ponto de vista social e correto, do ponto de vista ambiental. Busca-se com isso que os produtos turísticos sustentáveis são desenvolvidos em harmonia com o meio ambiente, com as comunidades e culturas locais, de forma que estas se convertam em permanentes beneficiários e deixem de ser espectadoras de todo o processo de desenvolvimento. Um passo importante adotado no município de Delmiro Gouveia no tocante a organização do turismo local foi a criação do Conselho Municipal do Turismo que aconteceu no ano de 2020, o conselho é formado por representantes das comunidades ribeirinhas, empreendedores do ramo do turismo e hospedagem, além de técnicos e docentes da Universidade Federal de Alagoas.

O mesmo Ministério do Turismo pontua que a preocupação com a definição de princípios e critérios para a atividade turística e a consequente certificação para este setor são fenômenos relativamente novos. A maioria das iniciativas surgiram após a conferência Rio 92, em seguimento a uma tendência mundial de se efetivar negócios mais ambientalmente responsáveis.

No Brasil no que se refere ao turismo sustentável a certificação mais representativa foi a elaborada pelo Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS) que é uma entidade intersetorial do turismo, apta a delimitar uma estratégia única para a certificação do turismo sustentável no Brasil e para o estabelecimento de padrões de qualidade socioambiental adequados à realidade brasileira, por meio de um sistema de certificação independente. Tal certificação visa promover a sustentabilidade e a em conjunto com entidades ambientalistas, representantes de movimentos sociais e empresários e especialistas em turismo de todo o País, uma relação de princípios balizadores da atividade turística sustentável. Para tanto, acompanhou a iniciativa internacional e fez adaptações para a realidade brasileira. Foram elaborados 7 (sete) princípios técnicos que validam o turismo sustentável, os quais serão utilizados na análise dos casos deste estudo como norteadores da regulação do turismo sustentável. São eles:

- 1. Respeitar a legislação vigente:** o turismo deve respeitar a legislação vigente no País, em todos os níveis, e as convenções internacionais de que o Brasil é signatário;
- 2. Garantir os direitos das populações locais:** o turismo deve buscar promover mecanismos e ações de responsabilidade social, ambiental e de equidade econômica, inclusive a defesa dos direitos humanos de uso da terra, mantendo ou ampliando, a médio e longo prazos, a dignidade dos

trabalhadores e comunidades envolvidas;

3. Conservar o meio ambiente natural e sua diversidade: em todas as fases de implementação e operação, o turismo deve adotar práticas de mínimo impacto sobre o ambiente natural, monitorando e litigando efetivamente os impactos, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais e seus aspectos paisagísticos, físicos e biológicos, considerando o contexto social e econômico existente;

4. Considerar o patrimônio cultural e os valores locais: o turismo deve reconhecer e respeitar o patrimônio histórico e cultural das regiões e localidades receptoras a ser planejado, implementado e gerenciado em harmonia com as tradições e valores culturais, colaborando para o seu desenvolvimento;

5. Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos: o turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego e renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos;

6. Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes: o turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos;

7. Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis: o turismo deve estabelecer procedimentos éticos de negócios visando engajar a responsabilidade social, econômica e ambiental de todos os integrantes da atividade, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas em assuntos de sustentabilidade, desde a elaboração de sua missão, objetivos, estratégias, metas, planos e processos de gestão (CONSELHO BRASILEIRO DE TURISMO SUSTENTÁVEL, 2017, p. 28).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho adotou como estratégia o estudo de múltiplos casos, considerando o proposto por Eisendhart (1989), para quem esse tipo de estudo é uma estratégia de pesquisa que se foca em compreender a dinâmica apresentada dentro de contextos específicos, por sua vez Yin (2015) ressaltou que o estudo de caso como estratégia de pesquisa compreende um método que abrange tudo – tratando da lógica de planejamento, das técnicas de coleta de dados e das abordagens específicas à análise dos mesmos.

O estudo de caso é adequado quando se pretende investigar o como e o porquê de um conjunto de eventos contemporâneos, como o turismo sustentável e a ecoinovação; sendo assim justificou-se a escolha do método de pesquisa.

Outra questão que justificou a escolha de estudos de casos, deu-se em virtude da pesquisa procurar testar, expandir e generalizar teorias, e como Eisendhart (1989) ratificou, o estudo de caso pode descrever um fenômeno, testar teoria, ou gerar teoria. Na mesma direção teórica, Yin (2015) contribuiu ao diagnosticar que o estudo de caso, como o experimento, não representa uma “amostragem”, e, ao fazer isso, seu objetivo é expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística), validando o caráter qualitativo adotado na apresentação dos resultados e na coleta de dados.

Quanto as coletas de dados, foram empregadas entrevistas semiestruturadas, aplicadas em momentos distintos: no primeiro foram levantados dados sobre turismo sustentável e no segundo sobre os princípios do CBTS. A escolha por esse modelo de entrevista, foi realizada considerando a maleabilidade da ferramenta como propôs por Triviños (1987) para quem a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa.

O estudo definiu como unidades de análise, os empreendimentos situados no entorno do Riacho do Talhado e que oferecessem serviços ou produtos turísticos e atendessem aos seguintes critérios: a) existissem formalmente há mais de dois anos; b) atuassem no ramo de turismo; c) estivessem situadas no entorno do Riacho do Talhado e na cidade de Delmiro Gouveia; e d) apresentassem indícios de práticas de turismo sustentável. Diante disso, três empreendimentos foram alvos do estudo: Pousada Mirante do Talhado, Pousada Verde Canyon de Luz e Pousada e Restaurante Ecológico Castanho.

Através da realização de entrevista semiestruturada verificou-se o enquadramento dos empreendimentos como operadores de turismo sustentável, tomando como referência os princípios técnicos do CBTS para identificar a adesão dos empreendimentos aos que praticam o turismo sustentável.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os empreendimentos estudados foram a Pousada Mirante do Talhado onde foram identificados os seguintes tipos de turismo: de aventura, lazer, pesca e ecoturismo; a Pousada Verde Canyon destaca-se: ecoturismo e turismo de saúde, e na Pousada e Restaurante Ecológico Castanho são encontrados: ecoturismo, turismo de aventura, turismo de lazer e turismo histórico. Portanto, os três empreendimentos reforçam a importância dada pelos visitantes dessa região às questões de preservação ambiental e integração com as populações tradicionais desses espaços.

A seguir serão apresentados os três empreendimentos, resgatando brevemente as memórias históricas para depois aprofundar as questões relacionadas à caracterização como turismo sustentável e ao enquadramento nos princípios regulamentadores do CBTS.

4.1 Princípios do CBTS como marco regulatório do Turismo Sustentável na Pousada Mirante do Talhado

Com vista privilegiada de parte dos cânions do Rio São Francisco a Pousada Mirante do Talhado é um micro empreendimento fundado no ano de 2007 pelo empreendedor que teve como motivação a ausência de outras empresas que explorassem o potencial turístico que a paisagem da localidade propiciava, como descrito na sua fala:

[...] ao chegar aqui no ano de 2007 a paisagem me encantou, percebi que havia um potencial a ser explorado, as visões da caatinga junto com as paredes dos cânions me fizeram ter certeza de que poderia fazer algo pelas pessoas do lugar e pela região.

O empreendimento gera seis empregos diretos (4 mulheres e dois homens), não foram definidos missão, visão e valores, porém há uma vasta oferta de serviços turísticos que vão desde uma simples alimentação, hospedagem em seus três chalés ou área de *camping* até a prática de esportes radicais como *psicoblock*, rapel, tirolesa, canoagem, pesca esportiva, trilhas ecológicas passeio de canoa e atividades culturais como a encenação de danças indígenas e pega de boi no mato realizadas em parceria com as comunidades locais. Observa-se uma interação com a população local e a busca pelo resgate das tradições e da cultura local

No tocante ao enquadramento do empreendimento como operador de turismo sustentável foram encontrados relatos que permitem afirmar que há uma constante preocupação com a sustentabilidade ambiental por parte do empreendedor, conforme discorrido:

[...] muito mais que explorar o Rio São Francisco é necessário garantir que nossos filhos e netos possam ter acesso as suas belezas e riquezas. Preservar a caatinga e suas espécies é essencial para o turismo na região.

Percebem-se indícios de que o empreendimento é operador do turismo sustentável pelos elementos que foram encontrados, porém considerando os princípios do CTBS, conclui-se que de fato o empreendimento atua com preocupação ambiental. No quadro 01 estão expostos os achados que ratificam o enquadramento do empreendimento como operador de turismo sustentável.

Quadro 01 – Princípios do CBTS na Pousada Mirante do Talhado

PRINCÍPIOS DO CBTS	RELATOS
Respeitar a legislação vigente	[...]. No início do empreendimento eu era leigo sobre o que necessitava para abrir o empreendimento, mas procurei o Instituto do Meio Ambiente de Alagoas, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e a secretaria de meio ambiente do Município de Delmiro Gouveia que me orientaram no que era preciso. Depois com a chegada do ICMBio as fiscalizações ambientais passaram a ser mais intensas, mas nunca tivemos problemas com isso, pois sempre respeitei o meio ambiente.
Garantir os direitos das populações locais	[...]. Eu sou até suspeito para falar da minha relação com a população local. Ganhei outras famílias quando vim para cá. Todos que trabalham comigo são da localidade, trabalham com carteira assinada e todos os direitos são garantidos.
Conservar o meio ambiente natural e sua diversidade	[...]. A gente se preocupa em não agredir o meio ambiente. Todos os resíduos são destinados para reciclagem; utilizamos os orgânicos como adubo nas plantas, há fossa sanitária para tratar esgoto.
Considerar o patrimônio cultural e valores locais	[...]. Conseguir junto com os moradores encenar a pega de boi no mato e reproduzir a dança indígena. As pessoas são respeitadas, nunca houve imposição ou desrespeito com o que elas pensam ou fazem, mesmo que considerasse errado sempre dialoguei para buscar a preservação e despertar isso nos moradores do povoado.
Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos	[...]. Tinha pescadores que estavam parados e nos colocamos para trabalhar levando os turistas para fazerem passeios de barco e canoa, também realizam as trilhas com os turistas por conhecerem a região na palma da mão [...]. O SEBRAE veio aqui e ofertou cursos para comunidade, cursos voltados para o turismo. [...]. Em parceria com a secretaria de agricultura do município ambiente executamos projetos de agricultura familiar. [...]. Compramos muitos produtos dos moradores locais: frutas, verduras e peixes.
Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes	[...]. Com os treinamentos ficamos mais atentos para qualidade que deve ser o mais importante para qualquer segmento, não adianta criar um produto que não tenha qualidade para disputar mercado. O turista quando chega aqui ele já vem de regiões com qualidade boa, com um serviço bom por isso temos que buscar sempre a qualidade em tudo que fazemos.
Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis	[...]. Tudo que é feito aqui é pensando antes para não agredir o meio ambiente, a gente respeita a natureza como um todo, as construções são feitas para aproveitar o vento, a luz. Tudo que a gente planeja é para não arrancar nem uma planta, temos que pensar na sustentabilidade do empreendimento. O turista age para conserva a natureza quando chega aqui.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos princípios da CBTS (2021).

Os relatos do empreendedor junto com a observação do pesquisador validam que o empreendimento respeita a legislação em vigência e possui as licenças e alvarás que são necessárias para o funcionamento no ramo; há uma relação muito próxima com os moradores da localidade de maneira que os direitos da população local são respeitados e há uma busca constante pela preservação do meio ambiente e sua diversidade que são refletidos nas tentativas de minimização de quaisquer impactos ambientais.

O desenvolvimento social e econômico da localidade foi incentivado com qualificações na área de turismo ofertadas em parceria com o SEBRAE, é incentivado ainda com a compra de insumos aos moradores locais, além do fato de que os colaboradores do empreendimento residem no entorno local.

A preocupação com a qualidade, processos e atitudes voltados para o turismo sustentável é uma constante, pois mesmo sem ferramentas que permitam mensurar a percepção da qualidade e a satisfação por parte dos turistas, o empreendedor toma como parâmetro das experiências que eles já tiveram em outras regiões. Quanto às questões de higiene e segurança, além das fiscalizações, as pessoas que trabalham no ambiente foram capacitadas para tal, há sinalizações espalhadas pela localidade, informando da necessidade de preservação da vegetação e da segurança como um todo.

Formalmente não há um planejamento específico que trate os aspectos ambientais, como também não há documentado missão metas e planos, contudo percebe-se que as ações do ponto de vista operacional

são orientadas para uma gestão responsável de forma que toda a cadeia produtiva está ligada às questões voltadas à sustentabilidade.

4.2 Princípios do CBTS como marco regulatório do Turismo Sustentável na Pousada Verde Canyon de Luz

Localizada em meio a um projeto de reflorestamento realizado pelo proprietário, a Pousada Verde Canyon de Luz nasceu em 2009 como alojamento para centro terapêutico e assim permaneceu até meados de 2012 quando então em virtude da gravação de uma telenovela na localidade, houve uma grande demanda de turistas que buscavam se hospedar no entorno do Riacho do Talhado, fazendo com que fosse ampliada a prestação de serviços para o ramo de hospedagem.

Atualmente o empreendimento conta com 24 (vinte e quatro) leitos e conta com três empregados fixos 2 (mulheres) e 1 (homem), além da atuação do proprietário e da sua esposa; o número de colaboradores é ampliado em virtude da sazonalidade ou demandas apresentadas.

A pousada já atuou no ramo de turismo de aventura de maneira mais enfática, porém atualmente aborda apenas o ecoturismo com a realização de trilhas ecológicas e se enquadra no turismo de saúde em virtude dos serviços que englobam uma série de terapias holísticas, como: constelação familiar, frequência de brilho, reiki, barra de acess, além argiloterapia, massoterapia, naturologia e programas de reeducação e desintoxicação alimentar.

O empreendimento possui uma relação muito próxima a Universidade Federal de Alagoas e com as escolas públicas da cidade que exploram o espaço para aulas de geologia, geografia, meio ambiente e de atividades extracurriculares. Destaca-se ainda a relação institucional do empreendimento com as organizações e movimentos sociais do entorno, destacando-se o papel do empreendedor como liderança local à frente da *Associação de Produtores Locais*. O momento anterior ao funcionamento do empreendimento já remetia a um cenário de sustentabilidade, pois na localidade havia sido implantada uma área de reflorestamento da vegetação de caatinga feita pelo empreendedor que dá significância ao nome da pousada, que com sua origem alavancou uma série de ações e direcionadores que apontam para uma atuação como operadora de turismo sustentável, conforme quadro 02.

Quadro 02 – Princípios do CBTS na Pousada Verde Canyon de Luz

PRINCIPIO DO CBTS	RELATOS
Respeitar a legislação vigente	[...]. Mesmo antes da instalação do centro terapêutico e em seguida da Pousada já havia aqui um cenário de respeito com a preservação ambiental e como consequência o respeito a um conjunto de normas e legislação que regem o tipo de atividade instalada. Estamos em constante parceria com os órgãos de fiscalização nas esferas municipal, estadual e federal de maneira a obedecer ao que é colocado por lei.
Garantir os direitos das populações locais	[...]. A geração de empregos é um marco para garantir os direitos da população local. Dentro dos atendimentos da pousada a uma cota para atendimento aos moradores do local. Sou presidente da Associação Comunitária dos produtores Rurais do Povoado Olho D’Aguinha, então estou à frente na busca das garantias dos direitos da população.
Conservar o meio ambiente natural e sua diversidade	[...]. O nome da própria pousada vem do fato de que a área onde ele foi construída ser um cinturão verde no meio da caatinga, fruto de um trabalho de reflorestamento que realizei mesmo antes da atividade. Não se retira absolutamente nada de vegetação daqui, somos obcecados pela preservação do meio ambiente e pela caatinga. Mesmo durante a construção do espaço da pousada reutilizamos onde já havia algo construído e material de demolição, usamos arenito do local para que os impactos causados fossem praticamente nulos. Utilizamos fossa de evapotranspiração que é uma das mais sustentáveis e modernas.

Considerar o patrimônio cultural e valores locais	[...]. Certamente que sim, os guias que realizam as trilhas conhecem a vegetação e isso tem sido um diferencial na relação com os turistas e valorizamos essa relação que eles possuem com o local. Outra questão que foi bastante valorizada diz respeito aos vaqueiros e pescadores da região que foram incorporadas as atividades do empreendimento.
Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos	[...]. A presença do empreendimento de certa maneira já promove desenvolvimento social e econômico para a localidade. Estamos no meio da caatinga e um dos poucos geradores de emprego e renda é a pousada. Trouxemos cursos e capacitações na área do turismo, a minha relação pessoal com a comunidade a atuação na Associação de produtores Rurais é uma constante busca pelo desenvolvimento social e humano da localidade.
Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes	[...]. A qualidade dos produtos é garantida através da preocupação constante durante todo o processo de estadia dos hóspedes. Nossa cozinha por exemplo é dotada do que há de mais indicado na produção de alimentos. Nossos alimentos são orgânicos, tratados com iodo. Nossos colaboradores têm cursos do SEBRAE e do SENAC voltados para manipulação de alimentos e segurança alimentar. As sobras de alimentos são direcionadas para adubo e os resíduos são separados de forma seletiva e enviados para cooperativa de catadores de lixo. As garrafas de plástico se transformam em vassouras como maneira de não impactar o meio ambiente.
Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis	[...]. O planejamento de todos os ambientes foi realizado para aproveitar os ventos, a luz solar de maneira tal que a oferecer uma experiência mais salutar possível aos hóspedes da pousada e usuários dos serviços do centro terapêutico. A missão maior do espaço é promover um encontro com a natureza e com ela restabelecer o equilíbrio físico, emocional e espiritual e para isso a não agressão a natureza e a minimização dos impactos ambientais são um norte para a gestão do negócio.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos princípios da CBTS (2021).

O empreendimento interfere de maneira positiva na qualidade de vida local ao promover geração de emprego e renda e ofertar cursos e treinamentos que englobam entre outras temáticas a necessidade da relação harmoniosa com o meio ambiente, ratificando o que propõe a Organização Mundial do Turismo (2001) ao relacionar o conceito de sustentabilidade a continuidade da utilização dos recursos naturais e o equilíbrio que deve existir entre a exploração desses recursos e sua preservação. Os valores locais são respeitados pelo empreendedor e há uma relação muito próxima com a comunidade local o que acaba também contribuindo com o desenvolvimento social.

Um outro aspecto que deve ser considerado na contribuição com a qualidade de vida local é a atuação do empreendedor na Associação de Produtores Rurais, sendo ele uma das representações da coletividade frente aos poderes constituídos.

O enquadramento do empreendimento aos princípios da CBTS, torna-se evidente, pois suas práticas permitem que ele seja considerado como de turismo sustentável, uma vez que se identificou pleno respeito a legislação local com as devidas licenças e alvarás necessários ao tipo de empreendimento. Há ainda garantias dos direitos das populações locais demonstrado por meio das parcerias entre o empreendedor e os moradores do entorno.

Há também uma política direcionada para conservação ambiental que tenta aproveitar os recursos naturais como por exemplo: vento, iluminação e rochas do local de maneira a alterar minimamente a paisagem local.

Diagnosticou-se que há, mesmo sem ênfase na documentação e divulgação uma preocupação constante com a qualidade de processos, produtos e atitudes que permitem afirmar que são adotados padrões de higiene e segurança do trabalho que condizem com parâmetros adotadas em empresas que trabalham no ramo de turismo.

Já no tocante ao planejamento e gestão responsáveis notou-se a relação ética com a comunidade e com os colaboradores, as ações são sempre voltadas para a sustentabilidade ambiental que é amplamente divulgada aos turistas e valorizada na relação com fornecedores. Não há definidos formalmente missão,

objetivos, estratégias, metas e processos de gestão, porém há nitidamente explícito o respeito com a natureza e a busca de equilíbrio com o meio ambiente.

A Pousada Verde Canyon de Luz de acordo com seu proprietário surgiu com a missão de integrar o homem e a natureza na busca pelo equilíbrio físico, psíquico e emocional por meio de terapias holística e naturais.

[...]. Há uma necessidade crescente do homem moderno reencontrar o equilíbrio emocional e orgânico. O contato com o meio ambiente promove uma energização do corpo, da mente e da alma. E esse é o ponto central da pousada: preservar o meio ambiente, utilizar a natureza sem agredir pensando nas gerações futuras.

4.3 Princípios do CBTS como marco regulatório do Turismo Sustentável na Pousada e Restaurante Ecológico Castanho

A Pousada e Restaurante Ecológico Castanho é originada de uma fazenda que está em posse da família do proprietário desde 1937 e atualmente é maior área de caatinga preservada do estado de Alagoas, possuindo sob guarda elementos da fauna e da flora que estão em extinção e recebem proteção numa área de mil e quinhentos hectares.

Tocado pela beleza do local o proprietário e seus familiares optaram por não praticar a agricultura e não agredir o meio ambiente, sendo a prática do turismo sustentável uma saída para a conservação do local e geração de emprego e renda para a localidade, uma vez que são gerados 45 empregos numa cidade marcada pela ausência de grandes empregadores. São ofertados serviços como trilhas naturais, passeios de caiaque, de lancha e catamarã.

O local abriga o museu dos cânions do São Francisco que apresenta de forma reduzida um pouco da vida cotidiana do homem ribeirinho e como esse se organizou ao longo dos tempos.

O empreendimento até no próprio nome já remete as questões ligadas à ecologia e a preservação, considerando que o espaço é considerado uma reserva ecológica de propriedade privada que abriga uma vasta área de preservação do bioma caatinga, inclusive com elementos da fauna e da flora que se encontram em extinção, levando a indícios de que o turismo praticado é sustentável o que foi confirmado com a análise dos conteúdos da entrevista sob a perspectiva dos princípios do CBTS, como explícito no quadro 03.

Quadro 03 – Princípios do CBTS na Pousada e Restaurante Ecológico Castanho

PRINCÍPIO DO CBTS	RELATOS
Respeitar a legislação vigente	[...]. Antes do início do empreendimento foi mantido contato com o IMA, IBAMA, respeitamos inclusive a legislação para utilização das redondezas das áreas de hidroelétricas. Estamos no MONA e em virtude da área preservada, podemos afirmar que somos o coração do MONA. Somos fiscalizados constante pelo ICMBIO e pela Marinha Brasileira. O respeito a legislação e ao meio ambiente é condição primária de nossas ações.
Garantir os direitos das populações locais	[...]. Nós nos propomos a promover o resgate histórico do local então não poderíamos esquecer do legado de Delmiro Gouveia um dos precursores da Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil. Consegui fazer na Pedra em 1914 o que Getúlio Vargas só faria na década de 30. Nunca fomos multados ou tivemos nenhum problema quanto às garantias de direitos. [...]. Quando se fala de sustentabilidade não basta apenas preservar o meio ambiente tem que ser preocupar com o entorno
Conservar o meio ambiente natural e sua diversidade	[...]. Os impactos são quase nulos. Há coleta seletiva, o óleo de cozinha é utilizado para fazer sabão biodegradável que é utilizado na atividade, distribuído entre e visitantes a quem damos a receita junto para confecção de sabão. As águas de lavagem de pratos, chamadas de águas cinzas e também as águas negras são colocadas em um biodigestor e jogadas em um jardim filtrante.
Considerar o patrimônio cultural e valores locais	[...]. A missão do empreendimento é preservar o meio ambiente e resgatar a história do Rio São Francisco. [...]. O Riacho do Talhado abriga muitos sítios arqueológicos e pinturas rupestres que ajudam a recontar a história local.

	<p>[...]. A atividade permite as pessoas que aqui trabalham conhecer outros Brasis, mas sem perde sua cultura, sua origem e suas tradições.</p> <p>[...]. É fundamental resgatar a memória local e temos um museu com esse objetivo, com a ideia de dá luzes a história que aqui se passou.</p>
Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos	<p>[...]. Há respeito e uma parceria com a população do entorno. Capacitamos o pessoal da cozinha com cursos do SENAC e SEBRAE. Curso para arrumadeira, cozinheira, garçom. Trouxemos a Marinha que capacitou e habilitou as pessoas que trabalham no catamarã.</p> <p>[...]. Parte dos materiais reciclados são separados pelos colaboradores que revendem e ajudam na geração de renda complementar.</p>
Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes	<p>[...]. A segurança é uma máxima que reflete na qualidade, temos sinalização, equipamentos de proteção individual, boias sinalizadoras, piscina rasa dentro do rio e guarda-vidas capacitados e prontos para atuarem se necessário.</p> <p>[...]. Os colabores recebem cursos do SENAC e SEBRAE para manusear alimentos dentro do padrão de qualquer equipamento turístico não desejando em nada a desejar.</p> <p>[...]. A qualidade dos produtos e demais atividades são realizadas pelos usuários em ferramentas como a TripAdvisor e nas redes sociais que funcionam como um termômetro do que fazemos.</p>
Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis	<p>[...]. Todos os passos são direcionados para sustentabilidade: abolimos saches, mel é comprado aos produtores locais. Evitamos reciclados, quase tudo é servido em recipientes de vidro.</p> <p>[...]. A gestão como tudo que é feito aqui tem um cuidado com a natureza, a preservação ambiental é quem define o que vamos fazer.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos princípios da CBTS (2021)

A Pousada e Restaurante Ecológico Castanho é um ponto de equilíbrio entre a atividade turística e a preservação ambiental com foco na sustentabilidade e nas ecoinovações. Um dos primeiros empreendimentos a abordar as belezas dos cânions, surgiu da necessidade do proprietário em manter uma área de preservação de caatinga e não destinar a mesma a agricultura e pecuária, como transcrito a seguir:

[...]. Como você pode enxergar, uma beleza dessas. O Rio São Francisco caprichou nessa região. Seria uma falta de senso humano e ético destinar essa área a agricultura ou pecuário. Somos uma das maiores áreas de preservação ambiental particular de Alagoas. Há espécies aqui que estão praticamente extintas e que encontraram abrigo aqui.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos três empreendimentos foram encontradas várias similaridades no que concerne às práticas de turismo sustentável, o fato deve-se em primeiro lugar a localização geográfica deles no Monumento Natural do São Francisco que é constante fiscalizado e há uma série de exigências regulatórias que direcionam as atividades a adoção de modelos de funcionamento e processos bem definidos e lineares.

Os resultados apontam que os empreendimentos são operadores de turismo sustentável, pois há respeito pela legislação vigente, fato confirmado pelos relatos e pelas próprias exigências para o funcionamento na área do MONA do São Francisco que objetiva e supervisiona a conservação do meio ambiente e sua diversidade. A relação com a população local é baseada no respeito ao patrimônio cultural e valores locais, o que consequentemente leva a garantia dos direitos das populações, inclusive com proprietários atuando como representantes da comunidade local em conselhos e associações.

Há estímulo do desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos impulsionados primeiramente pela geração de emprego e renda para os moradores locais, como também pelas capacitações e qualificações que são ofertados para os moradores do entorno e que impactam ainda que na qualidade dos produtos, processos e atitudes. Não há planejamento formal que demonstrem às ações voltadas para à questão ambiental, porém nos três empreendimentos, a gestão ambientalmente responsável é notadamente verificável.

A adoção dos princípios do CBTS como norma regulamentadora mostraram-se como uma ferramenta que pode ser incorporada, exigida e adotada na certificação de todos os empreendimentos presentes na área ribeirinha do Mona do Rio São Francisco, podem ainda auxiliar na construção de indicadores quantitativos de turismo sustentável preenchendo uma lacuna da pesquisa que se ateve nesse primeiro momento às questões qualitativas.

A pesquisa tornou evidente a possibilidade de novos estudos em uma área relevante e repleta de objetos de estudos que permeiam questões históricas, ambientais, sociais e onde estão presentes diversos atores das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Senac, 2002.

CANGUILHEM, G. A formação do conceito de regulação biológica nos séculos XVIII e XIX. In: _____. **Ideologia e racionalidade nas ciências da vida**. Lisboa: Edições 70, 1977. p.73-89.

CASTRO, L. L. C. **O Projeto Expedições pra o Turismo e Ação em Santo Amaro do Maranhão** – Contribuições para a Construção das Políticas Públicas Municipais de Turismo. São Luís, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão.

CBTS – Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. **Caderno de Certificação em Turismo Sustentável**. Norma Nacional para Meios de ospedagem – Requisitos para a Sustentabilidade. Organização: Instituto de Hospitalidade, NIH-54, 2004.

CERQUEIRA, L. R.; FURTADO, E. M.; MAZARO, R.M. *Políticas Públicas em Turismo no Brasil: Cronologia dos 70 anos da Legislação Turística e das Instituições Oficiais de Turismo*. VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, 10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2009/paper/view/283/154>. Acesso em 04 jul. 2021.

CHEVALLIER, J. De quelque usage du concept derégulation. In: MIAILLE, M. *La régulation et le pouvoir politique*. Paris: L’Harmattan, 1995. p.71-93.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito regulatório**. Belo Horizonte: Fórum, 2004

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of management**. v. 14, n. 4, out. 1989.

GIBBERD, J. Measuring capability for sustainability: the Built Environment Sustainability Tool (BEST).

Building Research & Information. v. 43, n. 1, p. 49-61, 2015.

KANNI, F. **Turismo sustentável – contribuições para um desenvolvimento socioambiental.** (Dissertação de Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

KO, T. Development of tourism sustainability assessment procedure: A conceptual approach. **Tourism Management.** v. 26, p. 431-445, 2005.

KÖRÖSSY, N. **Do Turismo Predatório ao Turismo Sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística.** Caderno Virtual de Turismo. v. 8, n. 2 p. 56-68, 2008.

LEMOIGNE, J. L. Régulation des reseaux etreseaux de régulation. *Cahier/Groupe Réseaux*, Paris, n. 11, p. 1-17, jun. 1988

McCool, S. F. (2016). The changing meanings of sustainable Tourism. Em: McCool, S. F., & Bosak, K. (eds.). **Reframing Sustainable Tourism: environmental challenges and solutions 2.** (pp. 13-32). Dordrecht: Springer.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios.** São Paulo: Roca, 2002.

MOESCH, Marutschka Martini; REJOWSKI, Miriam; GASTAL, Susana. Domínio Material e Conceitual do Turismo. In: 2º Seminário Nacional dos Programas de pósgraduação em Turismo, 2005, Balneário Camboriú-SC. **Anais...** Balneário Camboriú: ANPTUR/UNIVALE, 2005. v. 01. p. 01-13.

MOREIRA, V.; MAÇÃS, F. *Autoridades reguladoras independentes.* Lisboa: Coimbra, 2003.

NOBRE, M; AMAZONAS, M. C. (2002). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito.** Brasília, Ed. IBAMA, 368p.

OGUS, Anthony. **Regulation – Legal Form and Economic Theory.** Hart Publishing, 2004.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo.** São Paulo: Rocca, 2003.

PRÉVOST, P. La régulation biologique: un concept intégrateur de la connaissance agronomique. **Courrier de l'environnement de l'INRA.** Paris, n. 39, p. 27-38, fev. 2000.

RIBEIRO, W. C. “Apresentação”. **Problemática Ambiental Urbana.** Textos Didáticos, no. 56. Editado por Arlete M. Rodrigues. Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, 2005.

RUSCHMANN, Doris. **Marketing turístico: um enfoque promocional.** Campinas: Papyrus, 2000.

SAARINEN, J. Traditions of sustainability in tourism studies. **Annals of Tourism Research.** v. 33, n. 4, p. 1121-1140, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 95 p

SILVA, S. S.; REIS, R. P.; AMÂNCIO, R. **Conceitos Atribuídos à Sustentabilidade em Organizações**

de Diferentes Setores. Revista de Ciências da Administração. v. 16, n. 40, p. 90-103, dez. 2014.

STAKE, R. E. **Multiple case study analysis.** New York: Guilford Press, 2005.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** v. 1. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIBE, J. **The economics of recreation, leisure and tourism.** Routledge, 2015.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA.** Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.